

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

Barueri, 06 de agosto de 2025

PARÊCER JURÍDICO

052/2025



De: Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão Finanças e Orçamento.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 038/2025.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre: **"A CRIAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE LOTERIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARUERI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal que pretende criar o Serviço Público de Loteria no âmbito do Município de Barueri.

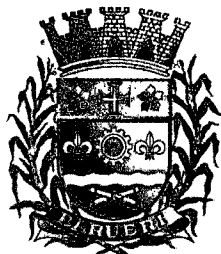
O Supremo Tribunal Federal manifestou a respeito da competência dos entes da federação para explorar loterias, no caso julgou inconstitucional dispositivos da Constituição que tratava sobre o tema e restringia a competência legislativa sobre o tema à União. Na ocasião, decidiu pela competência dos demais entes da federação para legislar sobre loteria.

Conforme informativo do Supremo:

Os estados-membros detêm competência administrativa para explorar loterias. A competência da União para legislar exclusivamente sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive loterias, não obsta a competência material para a exploração dessas atividades pelos entes



Fls. Nº	07
Proc. Nº	1520/2025



Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

estaduais

ou

municipais.

Nesses termos, os arts. 1º e 32, **caput** e § 1º, do Decreto-Lei (DL) 204/1967 (1), ao estabelecerem a exclusividade da União sobre a prestação dos serviços de loteria, não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Além disso, os dispositivos colidem frontalmente com o art. 25, § 1º, da CF (2), ao esvaziarem a competência constitucional subsidiária dos estados-membros para a prestação de serviços públicos não expressamente reservados pelo texto constitucional à exploração pela União. A exploração de loterias ostenta natureza jurídica de serviço público. Quando quis atribuir a prestação de determinado serviço público com exclusividade à União, o constituinte o fez de forma expressa. A CF não atribui à União a exclusividade sobre o serviço de loterias, tampouco proíbe expressa ou implicitamente o funcionamento de loterias estaduais. Esse cenário atrai a competência residual dos estados-membros, estabelecida em seu art. 25, § 1º, pedra de toque do constitucionalismo republicano brasileiro. (...)

Fls. Nº	08
Proc. Nº	152012025

(5) Enunciado 2 da Súmula Vinculante/STF: "É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias."¹

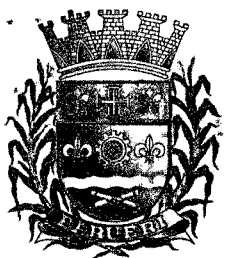
Portanto, infere-se constituir competência legislativa Local legislar sobre loteria, consoante manifestação da Corte Suprema do país, assim como infere-se constituir interesse local a criação da loteria municipal, tendo em vista os impactos que a arrecadação das loterias promoverá nos serviços públicos, permitindo a melhoria e ampliação de serviços de saúde, assistência social, entre outros.

Por fim, registra-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) também se debruçou sobre o tema da exploração de loterias por agentes privados, sendo reafirmado que a situação depende de autorização estatal precedida de licitação. Veja-se:

'REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.498.128 CEARÁ.
Trata-se de agravo regimental contra acórdão que julgou o Tema 1.323 da

¹ <https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo993.htm>





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

Repercussão Geral. Confira-se a ementa do acórdão recorrido: Ementa:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DELEGAÇÃO DE SERVIÇO DE LOTERIAS. LICITAÇÃO.

REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. I. CASO EM EXAME 1. Recurso

extraordinário contra acórdão de Turma Recursal do Estado do Ceará que negou

pedido para delegação de serviço de exploração de loterias. Isso porque o

exercício da atividade por particular exige licitação, ainda que o serviço já tenha

sido concedido a terceiros sem procedimento licitatório. II. QUESTÃO EM

DISCUSSÃO 2. A questão em discussão é saber se a existência de agentes

privados explorando os serviços de loteria sem prévia licitação afasta a

exigência de delegação estatal, autorizando o desempenho da atividade em

regime de livre iniciativa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O STF, por ocasião do

julgamento da ADPF nº 492/RJ e nº 493/RJ, afirmou que as loterias são um

serviço público, cuja delegação a agente privado exige licitação. 4. A

existência de agentes privados exercendo o serviço sem prévia licitação não

altera a titularidade estatal da atividade nem a sua natureza de serviço

público. O exercício por agentes privados pressupõe delegação estatal

precedida de licitação. IV. DISPOSITIVO E Tese 5. Recurso extraordinário

conhecido e desprovido. Tese de julgamento: “A execução do serviço público

de loteria por agentes privados depende de delegação estatal precedida de

licitação”.

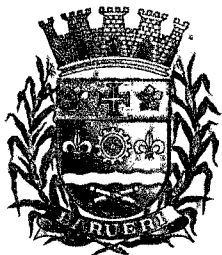
Fls. Nº	09
Proc. Nº	1520/2025

Assim, consigna-se que, caso a Administração Municipal decida pela “terceirização” do serviço público de loteria, deverá fazê-lo por meio de licitação pública, permitindo a concorrência entre instituições privadas interessadas.

Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea ‘d’ artigo 15, inciso I e II, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, ‘caput’ da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- d) Quórum: maioria simples dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- e) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI);

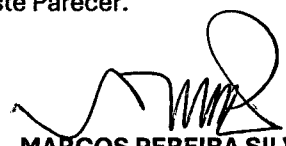
Fls. Nº	10
Proc. Nº	1520/2025

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.


MAGNO ELJI MORI
Procurador da Câmara
OAB/SP nº 137.070

A Secretaria Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA SILVA
Assessor da Secretaria Diretoria-geral

